

# RELIGIÕES NEGRAS NO BRASIL

Da escravidão à pós-emancipação

**Valéria Costa**

**Flávio Gomes**

**(orgs.)**



*RELIGIÕES NEGRAS NO BRASIL*  
*Da escravidão à pós-emancipação*

Copyright © 2016 by autores  
Direitos desta edição reservados por Summus Editorial

Editora executiva: **Soraia Bini Cury**  
Assistente editorial: **Michelle Neris**  
Capa: **Buono Disegno**  
Projeto gráfico: **Acqua Estúdio Gráfico**  
Diagramação: **Santana**  
Impressão: **Sumago Gráfica Editorial**

**Selo Negro Edições**

Departamento editorial  
Rua Itapicuru, 613 – 7º andar  
05006-000 – São Paulo – SP  
Fone: (11) 3872-3322  
Fax: (11) 3872-7476  
<http://www.selonegro.com.br>  
e-mail: [selonegro@selonegro.com.br](mailto:selonegro@selonegro.com.br)

Atendimento ao consumidor  
Summus Editorial  
Fone: (11) 3865-9890

Vendas por atacado  
Fone: (11) 3873-8638  
Fax: (11) 3872-7476  
e-mail: [vendas@summus.com.br](mailto:vendas@summus.com.br)

Impresso no Brasil

## SUMÁRIO

Apresentação .....	7
1 Revisitando “Magia Jeje na Bahia” .....	13
<i>João José Reis</i>	
2 Entre o santo e o batuque: os escravos de São Bento sob a Regra do Glorioso Patriarca .....	41
<i>Robson P. Costa</i>	
3 Três sacerdotisas africanas no Brasil inquisitorial .....	59
<i>Luiz Mott</i>	
4 Casa das Minas e Casa de Nagô: história do Tambor de Mina do Maranhão ...	78
<i>Sergio F. Ferretti</i>	
5 “O célebre Juca Rosa”: religiosidades negras no Rio de Janeiro, 1860-18701 ...	94
<i>Gabriela dos Reis Sampaio</i>	
6 Desfazendo feitiço: curandeirismo e liberdade nos engenhos do oeste paulista (século XIX) .....	111
<i>Adriano Bernardo Moraes Lima</i>	
7 O candomblé da Bahia e o terreiro do Bogum nos <i>Herskovits Papers</i> .....	129
<i>Luis Nicolau Parés</i>	
8 “E se fazendo a adivinhação da peneira caíra no preto acusado”: lideranças etnorreligiosas numa sociedade escravista .....	150
<i>Paulo Roberto Staudt Moreira</i>	
9 “Quem não tem peito não toma mandinga” .....	169
<i>Nilma Teixeira Accioli</i>	

10	Procurando fortuna! Notícias sobre africanos e candomblés no Rio de Janeiro e no Recife oitocentista . . . . .	186
	<i>Valéria Costa e Flávio Gomes</i>	
11	O medo do feitiço em notícias de uma insurreição: o caso de Pai Gavião em Itu e cercanias, 1854 . . . . .	205
	<i>Luiz Alberto Couceiro</i>	
12	A fotografia e seus usos no candomblé da Bahia . . . . .	224
	<i>Lisa Earl Castillo</i>	
13	O “feitiço” na Ilha de Santa Catarina: práticas e desafios das religiões afro-brasileiras em seus primórdios . . . . .	247
	<i>Cristiana Tramonte</i>	
14	Práticas religiosas de curandeiros e feiticeros negros na Paraíba do Norte oitocentista . . . . .	266
	<i>Maria da Vitória Barbosa Lima</i>	
15	Religiosidade do negro no final do século XIX e primeiras décadas do século XX: Pajelança e Tambor de Mina do Maranhão . . . . .	280
	<i>Mundicarmo Ferretti</i>	
16	Mistérios da mandinga – As crônicas de Vagalume e as “religiões africanas” no Rio de Janeiro da Primeira República . . . . .	298
	<i>Juliana Barreto Farias</i>	
17	Ilé Ti Dudu: memória negra do Recife . . . . .	320
	<i>João Amaro Monteiro da Silva</i>	
18	O Xangô em Alagoas nas primeiras décadas do século XX . . . . .	332
	<i>Ulisses Neves Rafael</i>	
19	Guerra de Xangô: ritual, repressão e conflito na formação do campo religioso afro-sergipano . . . . .	353
	<i>Petrônio Domingues</i>	

## APRESENTAÇÃO

### Sobre religiões e experiências nas (das) tolerâncias

Em épocas de renovados episódios de intolerância, em que ataques raciais e religiosos trocam de posições e se destacam na imprensa, as reflexões aqui reunidas ganham múltiplos sentidos. Primeiro, cabe indagar como a historiografia clássica – ainda exuberante – sobre a escravidão no Brasil ficou acanhada nas explicações sobre formações culturais. O que a história da escravidão tem a dizer sobre *experiências religiosas*? Só silêncios, repressão e estigmas? Entre as *santidades* seiscentistas, passando pelos calundus coloniais e chegando aos candomblés oitocentistas, quantos africanos, indígenas, europeus e seus descendentes foram inventados e se inventaram? Em torno das permanências, tradições e transformações, é possível acompanhar trilhas em uma literatura já consolidada. O que mais faz falta são estudos mais empíricos que cubram todo o Brasil, avançando para regiões urbanas e rurais da escravidão e da pós-emancipação. Pouco se conhece sobre o interior das senzalas ou dos casebres – em becos, ruas e travessas –, ou das matas e grutas nas quais escravos e livres – a população negra – reinventavam o cotidiano entre práticas sagradas e profanas.

Esta coletânea oferece um panorama amplo, original e diversificado das experiências religiosas na escravidão e no pós-emancipação, com destaque para aquelas de origem africana, reinventadas e modificadas permanentemente em variados espaços. Abre com o capítulo de João Reis, revisitando a Bahia colonial. Suas abordagens são referências para os estudos da temática desde os anos 1980. Mais uma vez somos conduzidos – entre adaptações e mudanças – às culturas religiosas afro-brasileiras, mergulhando nas diásporas *gbe* e *ioruba* a partir de uma devassa em torno de um calundu em 1785, em Cachoeira, no Recôncavo Baiano. É reconstituído não só um episódio, mas também de tradições religiosas e dimensões do tráfico atlântico, permeadas de etnografias africanas.

Ainda no Nordeste colonial, ouvimos o som dos tambores vindos dos engenhos beneditinos de Pernambuco. Quem vai aumentar o som é Robson Costa. Entendemos

como os cativos dos padres bentos adaptaram regras monásticas às próprias culturas. Obediência, disciplina e castigo eram ressignificados no cotidiano de trabalho, lazer e invenções culturais. Traduzir (controlando) os sentidos dos batuques e suas dimensões de insubordinação era tudo que os beneditinos queriam. Poucos conseguiram, porém, uma vez que curas, feitiços, crucifixos, imagens de santos e a ressemantização de práticas religiosas confundiram os monges, estes poucos incomodando os fazendeiros vizinhos e alarmando as autoridades.

Rumamos a Minas Gerais colonial para encontrar a reflexão de Luiz Mott, um dos mais importantes historiadores da temática, com contribuição decisiva, destacando as suas pesquisas sobre santas africanas, práticas sexuais e culturas religiosas. Adentramos o Tribunal do Santo Ofício de Lisboa, localizando colonos, africanos, europeus, crioulos, mestiços, brancos e índios denunciados à Inquisição. Revelam-se rituais – da feitiçaria à “dança de tunda” – sobretudo em torno de três sacerdotisas africanas: Luzia Pinta, Josefa Maria e Rosa Egipcíaca, entre Sabará, Paracatu e Rio de Janeiro.

Adentramos casas e paisagens religiosas africanas e crioulas no Brasil, entre elas *Casa das Minas* e *Casa de Nagô*, no Maranhão, por meio das abordagens de referência de Sergio Ferretti. Partimos dos primeiros espaços – terreiros – até a revitalização do século XX, reencontrando ritos ancestrais dos voduns da família real do Daomé cultuados em São Luís. A história do culto de Zomadonu e de Nã Agontimé – viúva de um rei africano vendida como escrava – sugere uma das experiências de recriação cultural mais extraordinárias das *Américas Negras*, para usar um termo de Roger Bastide, constituindo uma tradição de estudos de Nunes Pereira, Octavio da Costa Eduardo, Pierre Verger, alcançando o próprio Sergio Ferretti e outros recentemente. Conhecemos (também pela narrativa de Ferretti) as tradições inventadas da *Casa de Nagô* – algumas que datam mais de 160 anos –, outra forma religiosa urbana secular de São Luís, seus africanos de ontem e seus descendentes de hoje.

Na longa viagem desta coletânea fazemos uma parada no Rio de Janeiro, na Corte Imperial, para encontrar Juca Rosa. Quem nos acompanha é Gabriela Sampaio. De processo crime às páginas das folhas noticiosas identificamos denúncias, adesões e carisma de um “célebre” líder religioso. Sua fama atravessaria clivagens sociais, articulando setores e suas vinculações com práticas e imaginários. Dinheiro, poder, contatos públicos e sofisticação orientavam escolhas, perseguição e decepções. Ainda no Sudeste, invadimos uma área rural, em pleno oeste paulista, com o apoio de Adriano Lima, entre feitiços e curandeirismo, cenários de denúncias nos engenhos e rumores de insurreição.

Diversidades religiosas também mobilizaram a história das ideias e um debate transnacional. Essas são as questões para Nicolau Parés, ao analisar os cadernos de

campo do casal Herskovits sobre o candomblé na Bahia. No pós-guerra, intelectuais se preocupavam com as origens, as permanências e as chamadas retenções das “culturas”, do “passado” e da “memória”. Eram eleitos determinados “terreiros” como emblemas das heranças africanas também escolhidas.

Caminhamos para o Sul e encontramos uma *cidade negra* agora não mais desconhecida da historiografia. Os termos africanos da Porto Alegre oitocentista em nada deviam a Salvador, por exemplo, e à sua densidade de africanos ocidentais. Paulo Moreira nos apresenta episódios de africanos nagôs presos, invasões de batuques e candomblés. Também passeavam Rei Congo, Rainha Ginga, entre outros, num ambiente de reinvenções étnicas no qual variadas *nações* africanas construíram alianças e se organizaram como que num guarda-chuva étnico. Africanos – libertos e escravos – marcaram ali territórios das diferenças e inquietações.

De volta ao Rio de Janeiro, vamos dialogar com outros subtextos das religiosidades. Agora temos como anfitriã Nilma Accioli. Fugitivos, feiticeiros, forros, curandeiros, libertos, senhores e autoridades policiais se revezavam na arte de fazer reverberar temores, medos, repressão e truculência. A comparação é o caminho escolhido por Valéria Costa e Flávio Gomes para demonstrar os candomblés e as “casas de dar fortuna”, dirigidos por africanos no Recife e no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. Invasões policiais e jornalistas etnógrafos fizeram a festa, cortejando rainhas de mandingas e “feiticeiros” que atuavam nos arrabaldes das urbes escravistas; desvendando simbologias, nomenclaturas e tradições de lideranças religiosas que reinventavam suas Áfricas.

Já o “medo do feitiço” deu o tom das perseguições em Itu, no interior paulista. Em 1854, o jornal *Correio Paulistano* noticiou planos de insurreições e boatos de revoltas, num contexto de insubordinação, interferência do poder público, ameaças de retaliação e envolvimento de comunidades escravas de São Roque, Sorocaba, Una, Campo Largo, Araçariguama e Itu. Alardeava-se sobre *Pai Gavião* ou *Filhos das Trevas*, espíritos incorporados pelos escravos. Emergiriam faces da cultura material dos africanos e crioulos nas senzalas – vungo, cabaças e chocalhos – com a ocorrência de “reuniões” e/ou “sessões”. Mais uma importante face da história das religiões negras, que aparece no capítulo de Luiz Alberto Couceiro.

O que sempre contou foram todos os santos. E assim retornamos à Bahia por meio de lentes especiais. Lisa Castillo acompanhou – pelas objetivas fotográficas – os debates acerca das imagens dos candomblés que estampavam – no início do século XX – jornais por ocasião das batidas policiais, repressões e perseguições religiosas. Ângulos e enquadramentos foram fundamentalmente escolhas intelectuais, em especial daqueles que observavam as cerimônias públicas e as peculiaridades da religião. Castillo argumentou

sobre os olhares cuidadosos de *Babás* e *Yás* para que os segredos de seus cultos não fossem registrados diante de tantas lentes – de intelectuais, da polícia e da imprensa.

Feitiços e feitiçeiros desafiariam as autoridades, inclusive o prestígio da medicina oficial em Santa Catarina. É com isso que nos presenteia Cristiana Tramonte ao recuperar a atmosfera de religiosidades na cidade do Desterro. Do Sul do Brasil conhecemos mais outras trajetórias, biografias, processos e transformações.

E, de volta para o Nordeste pós-colonial, vamos a uma Paraíba recôndita. Maria da Vitória Lima nos sinaliza aos *mundos da escravidão* nessa região nordestina onde circulariam curandeiros e feitiçeiros. Adentramos palcos políticos paraibanos, com destaque para o agreste e seus municípios. Verificam-se aí diálogos entre setores das elites, população pobre e os escravos, não algo sem conflito e coerção. Práticas populares, curas, legados indígenas, africanos, quilombolas e mestiços se misturavam em várias regiões com esta ou aquela característica. Quase tudo seria transformado em acusações e linguagens difamatórias. Temos aí o surgimento de nomenclaturas para práticas constantemente reinventadas.

Novamente no Maranhão, vislumbramos novas paisagens. Espaços africanos urbanos – a *Casa das Minas* – estavam cercados de outras *experiências religiosas*, com destaque para as pajelanças. É isso que argumenta Mundicarmo Ferretti. Folias, festas religiosas, irmandades e outras práticas do catolicismo popular ganhavam sentidos. Mundos rurais – o vasto interior do Maranhão – invadiam São Luís com personagens, rituais e dimensões sincréticas (cura, doenças e enfermidades). Diversos terreiros de *tambor de mina* se tornavam espaços de criação, atraindo desde descendentes de indígenas – alguns de Belém – a visitantes africanos no final do século XIX, sugerindo circularidades culturais.

Voltamos a um Rio de Janeiro de outros tempos, mais exatamente às primeiras décadas republicanas, quando Juliana Farias nos acompanha por meio das crônicas jornalísticas, nas quais verificamos novas “religiões africanas”. Porém, é bom destacar que elas não tinham forçosamente nenhum contraponto com algo antigo, tradicional ou mesmo genuinamente africano. Na verdade, numa época bem distante do cenário oitocentista da escravidão urbana carioca e de seu impacto demográfico atlântico aparecem invenções de Áfricas no Brasil. Submersas, aparecem músicas e personagens de um cenário de modernidades, intolerâncias, surpresas e tradições. Podemos pensar mesmo num circuito de jornalistas, editores, leitores e um público mais amplo. Era assim que João do Rio dialogava sempre com práticas, adeptos e intérpretes.

Para finalizar, damos mais uma volta no Nordeste, passeando por Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Para Recife, visitamos memórias geracionais. Com João Monteiro, conhecemos outro universo da diáspora com o Ilê Ti Dudu e as matriarcas africanas



por meio da *Casa das Tias do Terço*, tombada em 1996. Atravessamos fronteiras para descortinar – com o acompanhamento luxuoso de Ulisses Rafael – uma importante religiosidade – de origem oitocentista – há muito abordada em estudos clássicos: o Xangô das Alagoas. Estamos nas primeiras décadas de intolerância e truculência. Folguedos populares como fandangos, congos, reisados, presépios, marujada e maracatus não guardaram fronteiras. De Maceió pulamos para Aracaju. O Xangô aparece também em Sergipe, na primeira metade do século XX, e é analisado por Petrônio Domingues. Por meio de um processo crime vislumbram-se outros significados de religiosidades experimentadas. Orixás africanos, entidades indígenas, torés e xangôs se metamorfoseavam entre “sobrevivências” ou acusações de “baixo espiritismo”, “sortilégios”, “feitiçarias” e “curandeirismos”, entre outros estigmas.

Para o passado e o presente, *experiências religiosas* se inventaram, renovaram-se – sempre transformadas –, perdendo e ganhando sentidos, significados e símbolos. Vários pesquisadores localizaram algumas delas em espaços e tempos, procurando alteridades e criação cultural. Assim, nesta coletânea *Religiões negras no Brasil* verificamos percursos de *traduções* e *tradições* de religiosidades. Em meio às intolerâncias – também raciais, sociais e culturais – encontramos disputas pela memória, pela origem e pelos mercados das crenças e da fé.

# 1 REVISITANDO “MAGIA JEJE NA BAHIA”<sup>1</sup>

JOÃO JOSÉ REIS

Alguns dos aspectos que dificultam escrever a história mais remota das religiões afro-brasileiras são a escassez e a natureza das fontes. A semiclandestinidade a que foram submetidas essas religiões no passado e mesmo a discrição de muitos dos seus rituais reduziram sua visibilidade e, portanto, seu registro. Durante a escravidão, e mesmo após a abolição, as expressões religiosas negras foram descritas pelos que ocupavam alguma instância de poder político, policial, eclesiástico e intelectual: governantes a ordenar repressão à religião dos africanos em nome da boa ordem social; autoridades policiais a narrar invasões a terreiros e prisões de adeptos; religiosos preocupados em combater a “feitiçaria” e a superstição; periodistas, intelectuais e romancistas em campanha civilizatória contra os “bárbaros costumes” africanos; viajantes estrangeiros ávidos apenas pelo exótico; entre outros. Assim, as informações nos chegam cheias de distorções, enviesamentos e preconceitos. Entretanto, recusar o uso dessas fontes tornaria quase impossível a pesquisa da história dos socialmente subalternos de modo geral, em especial daqueles à margem da cultura escrita local. Era esse o caso da maioria dos que aderiam às religiões de extração africana no Brasil escravocrata<sup>2</sup>.

Estudos antropológicos mais antigos contribuíram para tapar alguns buracos. Desde pelo menos Nina Rodrigues e Manoel Querino, na virada do século XX, foram entrevistados membros de terreiros cujos depoimentos ajudam a reconstituir alguns lances da história das religiões afro-brasileiras sob a escravidão. No Rio de Janeiro, na mesma época, escrevendo crônicas do cotidiano, João do Rio também conversou com pais e mães de santo, além de mestres malês, os quais lançaram alguma luz sobre a religiosidade do negro recém-emancipado. A vantagem desses autores – uma vantagem que já não temos – é terem feito suas pesquisas num período próximo à abolição. Daí que alguns de seus subsídios – embora nem todos – possam ser lidos, com algum jeito, para o período anterior, mas não para muito tempo atrás, vez que uma das características da

cultura afro-religiosa (e não só desta) no Brasil (e não só aqui) tem sido exatamente sua capacidade de mudança e adaptação. Isso, em algumas áreas escravistas, se deu de maneira ainda mais forte em virtude da ação do tráfico transatlântico, que importava grupos étnicos muitas vezes diversos dos desembarcados em levadas anteriores, imprimindo novas direções ao desenvolvimento da cultura afro-brasileira. Mesmo aceitando que muito do passado foi mantido (e foi mesmo!) nas tradições orais, nos ritos e mitos dos terreiros, alguns ainda ativos, sempre perdurará muita dúvida sobre a adequação do método de “leitura para trás”, assim como o de usar documentos não produzidos por seus adeptos. Porém, talvez seja preferível o risco da dúvida à dívida de não arriscar<sup>3</sup>.

Algo semelhante sobre “leitura para trás” pode ser dito quando se tenta inferir a religiosidade africana no Brasil escravocrata com base nas informações etnográficas da África de tempos mais recentes. Muitas delas, naturalmente, foram colhidas por antropólogos em histórias orais locais, na melhor tradição historiográfica africanista<sup>4</sup>. Porém, tanto quanto as religiões afro-brasileiras, as religiões africanas transformaram-se ao longo dos séculos de tráfico, escravidão, colonialismo e pós-colonialismo. Considerá-las nos séculos XX e XXI idênticas àquelas do século XVIII baiano, por exemplo, deve ser visto com cautela. Assim, uma análise prudente deve aceitar que as afinidades são sempre aproximativas, verossimilhanças, às vezes adivinhações. Pois o que permanece na religiosidade africana e da diáspora talvez seja, principalmente, certas concepções gerais a respeito da relação entre as forças espirituais e os fenômenos corriqueiros ou extraordinários da vida individual e coletiva, além de certos procedimentos rituais, o uso de um conjunto de objetos e símbolos de determinadas áreas culturais, um panteão básico de divindades. Enfim, o que se poderia mais amiúde inferir seriam cosmovisões comuns; em menor escala, detalhes rituais e institucionais<sup>5</sup>.

Há, porém, novidades quanto à metodologia, bem como às fontes no que poderíamos chamar de nova história das religiões afro-brasileiras, e aqui me refiro, sobretudo, ao que se tem feito na e sobre a Bahia. Desde já destaco recentes estudos com base em fontes manuscritas e impressas, sendo alguns títulos indicados nas referências ao longo deste texto. Este mesmo capítulo é um exemplo de pesquisa em fonte manuscrita. Embora não seja o que o leitor encontrará nas páginas seguintes, quero ressaltar um desdobramento metodológico interessante dessa nova historiografia, que é a combinação de tradições orais e “discursos” rituais com documentos de arquivo e a imprensa oitocentista, no esforço de reconstituição da história do candomblé baiano<sup>6</sup>.

Quanto às continuidades africanas, em especial aquelas relacionadas às diásporas gbe (nossos jejes) e iorubá (nossos nagôs), algumas pesquisas apontam para a restauração, deste lado do Atlântico, de certas estruturas organizacionais da religião existentes na África no tempo do tráfico. Nesse sentido, é relativizado o projeto metodológico